

<b>POL 007 – Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária</b>
---

## **1. OBJETIVOS**

**1.1.** A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária (“Política”) da CCR S.A. (“CCR” ou “Companhia”) possui como objetivos principais estabelecer (i) os critérios para a composição do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e grupos de trabalho e da Diretoria Estatutária da CCR (“Cargos Elegíveis”); e (ii) o processo de indicação de membros aos Cargos Elegíveis. Para fins desta Política, a expressão “Grupo CCR” significa o conjunto de empresas composto pela CCR e suas controladas.

## **2. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA**

**2.1.** Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 31/01/2019 e vigorará a partir de 05/02/2020, em substituição à Política até então em vigor.

## **3. REFERÊNCIAS**

**3.1.** Esta Política foi desenvolvida baseando-se, fundamentalmente, nas determinações previstas no(a):

- (i) Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento Novo Mercado” / “Regulamento”);
- (ii) da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”);
- (iii) da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009;
- (iv) da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 (“Instrução 367”);
- (v) do Estatuto Social da CCR (“Estatuto Social CCR”);
- (vi) do Regimento Interno do Conselho de Administração e respectivos Comitês de Assessoramento do Grupo CCR (“Regimento Interno”); e
- (vii) do Código de Conduta Ética do Grupo CCR.

## **4. PRINCÍPIOS GERAIS DE INDICAÇÃO**

**4.1.** As indicações para os Cargos Elegíveis devem estar sempre alinhadas ao melhor interesse do Grupo CCR, sendo imprescindível que sejam indicados profissionais altamente qualificados, comprometidos com os valores e cultura do Grupo CCR, além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

**4.2.** As indicações devem considerar também, para uma boa formação dos órgãos compostos pelos Cargos Elegíveis, a diversidade de uma forma geral, como a de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício da função.

**4.3.** É recomendável que os indicados para Cargos Elegíveis possuam fluência na língua inglesa, dado o porte da Companhia e de seus negócios, bem como a base acionária da CCR, que contém parcela substancial de investidores estrangeiros.

**4.4.** As indicações para o Conselho de Administração e Diretoria devem considerar, além da presente Política, os requisitos e as vedações legais, incluindo, mas não se limitando aos artigos 145 a 147 da Lei das S.A. e à Instrução 367.

## **5. PROCESSO DE INDICAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCR**

**5.1.** Recomendações sobre a experiência do candidato. É recomendável que o Conselho de Administração tenha em sua composição profissionais com experiência em temas diversificados, tais como aspectos ambientais, sustentabilidade, de tecnologia e segurança da informação.

**5.2.** Recomendações para a reeleição de candidatos. A proposta de reeleição de membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o desempenho do candidato, assim como sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

**5.3.** Cumulação de cargos em outras companhias. Além do disposto no artigo 147, §3º da Lei das S.A., para que os membros do Conselho de Administração tenham o tempo hábil necessário para se dedicar às suas atividades na CCR, é recomendável que cada um dos indicados não possua mais do que 5 cargos em conselhos de administração de outras companhias, exceto dentro do Grupo CCR.

**5.4.** Procedimentos. Os acionistas poderão, na forma da Lei das S.A. e da regulação da Comissão de Valores Mobiliários, indicar chapas para participarem da eleição majoritária ao Conselho de Administração, bem como eventuais candidatos para participarem de votação em separado nos termos do art. 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A. por meio do envio ao próprio Conselho de Administração do currículo do indicado, nos termos do Anexo I desta Política, devidamente assinado, sendo proibidas indicações de candidatos que tenham respondido “sim” aos impedimentos do item C do Anexo I.

**5.4.1.** O Conselho de Administração se pronunciará sobre a aderência dos candidatos constantes da Proposta da Administração a esta Política.

**5.4.2.** Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas indicadas, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para participarem de tal procedimento, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 1º do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

**5.5.** Membros independentes do Conselho de Administração. O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 20% de membros independentes ou 2, o que for maior, nos termos do disposto no Regulamento.

**5.5.1.** Quando, em decorrência da observação do percentual mencionado no item 5.5, resultar número fracionário de conselheiros, será feito o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**5.5.2.** Serão considerados para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, todos os membros que assim se qualifiquem nos termos do referido Regulamento.

**5.6.** Os conselheiros eleitos mediante votação em separado dos acionistas minoritários serão considerados independentes.

## **6. PROCESSO DE INDICAÇÃO DE MEMBROS DE ÓRGÃOS AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO**

**6.1.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo que sua composição deverá observar o disposto no Regimento Interno.

**6.2.** O Conselho de Administração deverá indicar para a composição dos comitês ou grupos de trabalho, conforme o caso, profissionais que, além de possuírem as características do item 5 acima, tenham formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com as atribuições do comitê ou grupo de trabalho em questão.

**6.3.** A reeleição dos membros dos comitês e grupos de trabalho deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

## **7. PROCESSO DE INDICAÇÃO DA DIRETORIA**

**7.1.** O Conselho de Administração deverá indicar para a composição da Diretoria profissionais que, além de possuírem as características do item 5 acima, saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, dos funcionários do Grupo

CCR, bem como a responsabilidade social e ambiental da Companhia, estando sempre pautados pela legalidade e pela ética.

**7.2.** A definição da estrutura organizacional, cargos, metas, competências, contratações, realocações, promoções e sucessões dos executivos que ocupam as posições de reporte direto ao Conselho de Administração e seus diretos devem respeitar o disposto na Política de Alçadas.

**7.3.** A proposta de reeleição de Diretores deverá ser baseada em sua avaliação periódica, nos termos do Regulamento, na qual serão considerados indicadores de desempenho o cumprimento de metas e alinhamento à cultura da CCR.

## **8. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA**

**8.1** A presente Política poderá ser alterada mediante prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia, sempre que referido órgão da administração entender necessário ou em decorrência de alterações legislativas e regulatórias ou de documentos de governança corporativa do Grupo CCR.

## **9. CONTROLE E HISTÓRICO DE VERSÕES**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Sumário</b>
02/03/2019	01	NO-CCR-023-0 Criação da Política
30/01/2020	02	Revisão da Política – novo Estatuto Social da CCR

## **10. APROVAÇÕES**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Versão</b>	<b>Vigência</b>
POL 007	Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária	02	05/02/2020 a 05/02/2021

**EMISSOR: BETINA ALEM**

**REVISOR: PEDRO SUTTER**

**APROVADOR: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCR (EM RCA 30/01/2020)**

\*\*\*\*\*

## Anexo I

### A - Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência - Indicação de Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários

#### Candidato Indicado ao Conselho de Administração ou Diretor Estatutário

#### 12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Idade	Profissão
[●]	[●]	[●]	[●]
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse
[●]	[●]	[●]	[●]
Prazo do Mandato	Outros Cargos e Funções Exercidas na Companhia	Indicação – se foi Eleito pelo Controlador	
[●]	[●]	[●]	
Indicação – se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos	
[●]		[●]	
Experiência Profissional			
<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- nome e setor de atividade da empresa</li> <li>- cargo</li> <li>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</li> </ul> <p>Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>			
[●]			
Declaração de Eventuais Condenações			
<p>Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- qualquer condenação criminal</li> <li>- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</li> <li>- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</li> </ul>			
[●]			

**12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:**

Conselheiro	Participação nas reuniões (%)
[●]	[●]

**12.7 / 12.8 Informações mencionadas no item 12.5 e informações sobre a atuação no último exercício como membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, finanças, recursos humanos, novos negócios, estratégia e sustentabilidade e governança, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

	Indicação de Controlador		Participação nos Comitês		% Participação Reuniões
Comitê de Gente e Governança	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não	[●]%
Comitê de Auditoria e Compliance	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não	[●]%
Comitê de Riscos e Reputação	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não	[●]%
Comitê de Resultados e Finanças	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não	[●]%
Comitê de Novos Negócios	( ) Sim	( ) Não	( ) Sim	( ) Não	[●]%

**12.9. Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:**

**a. administradores da Companhia**

( ) Não ( ) Sim. Descrever:

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

( ) Não ( ) Sim. Descrever:

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

( ) Não ( ) Sim. Descrever:

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

( ) Não ( ) Sim. Descrever:

**12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

( ) Não      ( ) Sim. Descrever:

**b. controlador direto ou indireto da Companhia**

( ) Não      ( ) Sim. Descrever:

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

( ) Não      ( ) Sim. Descrever:

B - Requisitos Básicos para Conselheiros de Administração		
<i>Formação Acadêmica e outros critérios pessoais</i>		
I - Curso de graduação em nível superior	(   ) Sim	(   ) Não
<i>Requisitos Adicionais Exigidos para Conselheiros de Administração</i>		
II –assinalar com um X as áreas que possuo expertise comprovada:  (   ) concessões/privatizações; (   ) banking e setor financeiro/mercado de capitais (   ) relações governamentais (   ) tecnologia/engenharia (   ) industrial (   ) negócios internacionais (   ) gestão de riscos (   ) contabilidade (   ) governança corporativa (   ) ambiental/sustentabilidade (   ) legal/regulatório (   ) TI/segurança de TI (   ) RH (   ) marketing/comunicação	Quais documentos/informações públicas comprovam minha qualificação?	
III – Caso esteja sendo eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, respeito as regras de independência do Regulamento do Novo Mercado	(   ) Sim	(   ) Não



C - Impedimentos para Conselheiros de Administração		
I - foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;	( ) Sim	( ) Não
II - foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 5 (cinco) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;	( ) Sim	( ) Não
III - é pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;	( ) Sim	( ) Não
IV - é pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários;	( ) Sim	( ) Não
V - ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em Diretoria, conselhos consultivos, de administração ou fiscal; <sup>1</sup>	( ) Sim	( ) Não
VI - possui interesse conflitante com a sociedade <sup>2</sup>	( ) Sim	( ) Não
VII - divulga ou faz uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;	( ) Sim	( ) Não
VIII - exerce, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;	( ) Sim	( ) Não
IX - atua, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;	( ) Sim	( ) Não
X - pratica ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser beneficiada ou influir em seus atos de gestão; e	( ) Sim	( ) Não
XI - recebe presente de quem tenha interesse em decisão do colegiado do qual participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento.	( ) Sim	( ) Não

Declaro, sob pena da lei, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas sem rasuras de qualquer espécie.

Local e Data

Assinatura do(a) Indicado(a)

<sup>1</sup> **A impossibilidade da declaração de que trata este item não obsta a investidura, impondo-se, nesta hipótese, que a assembleia geral expressamente dispense o eleito de tal exigência.**

<sup>2</sup> Para os efeitos deste item, presume-se ter interesse conflitante com o da companhia a pessoa que, cumulativamente: I - tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e II - mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu. Tal presunção somente se opera se o conselheiro de administração de sociedade concorrente houver sido eleito apenas com os votos do acionista, ou se tais votos considerados isoladamente forem suficientes para sua eleição. **Ainda, a impossibilidade da declaração de que trata este item não obsta a investidura, impondo-se, nesta hipótese, que a assembleia geral expressamente dispense o eleito de tal exigência.**